

A CULTURA COMO CAMPO TENSIONAL

A cultura e as políticas públicas que a ela se referem vivem de tensões profundas, que caracterizam não só o seu campo de um ponto de vista social e político, mas também fazem parte do seu dinamismo interno¹. Este livro, nas múltiplas perspectivas que sobre as políticas públicas para a cultura os diferentes estudos aqui abordam, vive precisamente dessa pulsão paradoxal, que se expressa de formas diversas e que, em determinados momentos históricos e sociais, parecem atingir o seu paroxismo.

Nos últimos anos, em Portugal, parece-nos ter atingido um ponto em que as posições políticas e reflexivas se têm extremado em torno de oposições que, em si, podem ser produtivas se encaradas não como polos disjuntivos de uma equação insolúvel, mas como noções limite que se encontram nos extremos de um *continuum* problemático no qual as teorias e as práticas da cultura não podem deixar de se (des)envolver.

A primeira delas, e talvez a mais antiga, é a que opõe sistematicamente a designada ‘alta cultura das elites’ à ‘cultura popular ou das massas’, como se chegou a dizer. Assim, é frequente assistirmos a debates intensos (na academia, como na praça pública) sobre o que promover: a dança clássica, a música erudita, a pintura contemporânea abstracta ou a dança urbana, a música pop ou a pintura muralista e de *grafittis*. E se os académicos podem (e devem, pois também aí nem sempre o fazem) permanecer na discussão destes assuntos em tempo longo, já os políticos têm na acção a urgência de uma decisão, ignorando as mais das vezes a tensão, transformando-a em opção de gosto e tendência pessoal, sem que se sintam na obrigação de se colocar nenhum tipo de problema nem político nem teórico.

São normalmente estes os políticos que dizem não ter política, não ser políticos e apenas pretenderem colocar-se ao ‘serviço das populações’.

Ora o que acontece nesta primeiro polo tensional e dilemático ‘cultura erudita/cultura popular’ acontece também, frequentemente, em relação aos outros nós problemáticos que atravessam a cultura e que são vividos, mas frequentemente não reconhecidos pelos seus actores como determinantes. Referimo-nos, por exemplo, às tensões entre uma visão que defende dever ser a cultura promovida pelo sector público e que é contrariada pelos que advogam que ela deve contar com a iniciativa privada para se financiar; ou aqueles para quem a cultura é um direito social que deve estar constitucionalmente garantido, contrariados por quem a considera uma questão relativa às escolhas da vida privada de cada um; ou ainda os pares antinómicos cultura nacional/internacionalização cultural, políticas culturais nacionais/políticas culturais locais; cultura que promove a defesa do património histórico e privilegia o passado (normalmente cumprindo funções celebratórias)/promoção do ensino e produção artística contemporânea, virada para o presente e o futuro (que acaba por desenvolver uma dimensão muito mais crítica na sua

¹ Cf. Baptista, Maria Manuel, «Estado e Cultura: o necessário conflito», *Revista de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão*, S. Luís do Maranhão, v.12, n.1, janeiro/junho de 2008, pp.37-43

produção) e, mais recentemente, cultura enquanto factor de competitividade ao serviço da economia e das indústrias culturais/cultura ao serviço do desenvolvimento e inclusão sociais.

6 | Para além de uma discussão que atravessa a cultura na pós-modernidade, em Portugal desenvolveram-se alguns pares dilemáticos específicos que têm atravessado, conscientemente ou não, os nossos discursos e práticas culturais. Referimo-nos à questão que coloca em oposição a promoção de uma cultura lusófona em detrimento de uma cultura europeia ou, ainda mais recentemente, e no domínio do mais estritamente político-partidário, a recente discussão entre a existência de um ministério da cultura (com ou sem educação, com ou sem comunicação social, etc., etc.) ou de uma secretaria de estado da cultura.

Esta discussão tem trazido para a arena política outros tantos posicionamentos dilemáticos entre aqueles que defendem que a cultura é tudo e portanto está em todos os ministérios e aqueles que se posicionam no outro extremo, defendendo a especificidade do campo cultural e, portanto, a necessidade de um ministério específico; ou aqueles que defendem a existência de grandes estruturas culturais, numa política de concentração e rentabilização, que se opõem a quem defende serem necessárias estruturas culturais leves e muito descentralizadas; ou ainda entre a posição que defende uma grande especialização interna no tratamento das diferentes áreas da cultura, respeitando a especificidade de cada uma, que tem no polo oposto a posição que defende a concentração das diferentes áreas culturais, com vista à sua empresarialização e rentabilização económica.

Não procurando tomar aqui nenhuma posição particular em face destes binómios (que os textos que se seguem discutem em maior ou menor extensão a partir das problemáticas específicas que tratam), não queremos deixar de assinalar, a par da falácia da ‘não política, que os políticos não fazem’, a recente retórica que a tem acompanhado, procurando resolver falaciosamente as questões que aqui elencámos, através de um discurso pretensamente revolucionário. Trata-se do programa que tem como lema ‘vamos libertar a cultura’. Partindo da suposição de que a cultura se encontra aprisionada, propõe-se que ela seja ‘liberta’ dos financiamentos do estado e da política para uns, enquanto para outros é necessário libertá-la da economia, das elites e até mesmo da didatização.

Em nosso entender, uns e outros assinalam precisamente o lugar da não compreensão das questões políticas que a cultura sempre coloca, procurando escapar ao debate e à fundamentação das decisões e mesmo à inevitável prestação de contas de quem detém o poder público de decidir pelos seus concidadãos.

Enquanto os discursos ‘libertários’ sobre a cultura não saírem do domínio do malabarismo ideológico, que se destina frequentemente a esconder uma incipiente reflexão e um conhecimento paupérrimo do domínio das políticas públicas para a cultura, bem como a mascarar as concretas posições e opções que os decisores públicos da cultura não podem deixar de tomar, estaremos ainda numa área cujos intervenientes não conseguem qualificar o campo cultural, nem os discursos, nem as políticas, nem os seus agentes.

Quarenta anos depois da revolução do 25 de Abril é já tempo de prestar contas aos cidadãos e às comunidades sobre as decisões que têm sido tomadas no domínio das po-

líticas públicas para a cultura e que têm subjacentes, quer se queira quer não, uma determinada posição nos múltiplos contínuos dilemáticos que atravessam o campo cultural, alguns dos quais acabámos de apontar. Desenhar a cartografia específica destas decisões, que têm constituído (e irão certamente continuar a constituir no futuro) as políticas concretas dos decisores públicos é um programa que está quase todo ainda por fazer, não podendo a universidade excluir-se desta tarefa académica e social.

Que este livro, resultante do II Congresso Internacional em Estudos Culturais sobre Políticas Públicas para a Cultura, promovido em 2012, na Universidade de Aveiro, pelo Programa Doutoral em Estudos Culturais – Universidade de Aveiro/Universidade do Minho possa contribuir para a qualificação de um campo tão complexo, vibrante e naturalmente tensional como é o da cultura.

Aveiro, 23 de Julho de 2014

Maria Manuel Baptista

ÍNDICE

<i>A cultura como campo tensional</i>	5
Maria Manuel Baptista	

| 157

O MINISTÉRIO DA CULTURA

<i>Políticas culturais do governo Lula</i>	11
Antônio Albino Canelas Rubim	

<i>Resistir e Inovar — uma experiência nas políticas públicas de cultura (2005-2008)</i>	25
Isabel Pires de Lima	

<i>O Ministério da Cultura: um balanço... e perspectivas depois do seu fim</i>	35
Manuel Maria Carrilho	

<i>Políticas Públicas de Património Cultural em Portugal: da Génese à Maioridade – uma análise a três programas e dezanove anos de intervenções</i>	45
Vítor Ferreira	

POLÍTICAS CULTURAIS AUTÁRQUICAS

<i>Políticas culturais da Câmara Municipal do Sabugal nos últimos cinco anos – estudo de caso</i>	67
Amália Fonseca e Jean-Martin Rabot	

<i>Chaves (2007-2011) que estratégias político-culturais?</i>	75
Jenny Campos, Maria Manuel Batista e Larissa Latif	

<i>Primeiras Impressões Sobre um Projeto Cultural em Rede Promovido por Cinco Municípios da Região Norte</i>	89
Manuel Gama, Helena Sousa e Luís Mourão	

*Políticas Públicas para a Cultura
no contexto do desenvolvimento local*.....103
Suzana Menezes

**RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, A EDUCAÇÃO
E A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

*O serviço público de comunicação social como recurso
da política cultural. A experiência portuguesa, 2002-2012*119
Augusto Santos Silva e Maria José Ribeiro

*Políticas Públicas para a Cultura:
reflexões a partir de experiências entre instituições
parceiras no desenvolvimento cultural*139
Jenny Gil Sousa e Maria de São Pedro Lopes

Nota sobre os autores151